

Para onde se encaminha o ensino bilingue: perguntas e respostas

Vários

Introdução

O objetivo do presente capítulo é dar voz, nas suas próprias palavras (com mínima edição), a quem está diretamente ou indiretamente envolvido no ensino bilingue/CLIL, quer no seu papel de autoridade, de formador de professores (na área das línguas ou do ensino básico) ou de autarca. A estratégia encontrada pelas editoras da coletânea para ouvirem alguns intervenientes no processo foi desenhar um inquérito por questionário com questões que consideraram pertinentes para caracterizar o estado atual do ensino bilingue e as perspetivas daqueles que dele se ocupam. Os questionários foram enviados por *e-mail* a potenciais respondentes identificados pelas editoras em cada uma das categorias (num total de 18 entidades/indivíduos contactados): autoridade, formador de professores (no ensino superior), professor envolvido no ensino bilingue e autarca. Naturalmente que não se obtiveram todas as respostas que se pretendiam, mas ainda assim o capítulo oferece nove conjuntos de respostas individuais, um de uma autoridade (DGE), três de formadores de professores no ensino superior (Carlos Ceia, Professor Catedrático do Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Ângela Balça, Professora Auxiliar com agregação da Universidade de Évora, Departamento de Pedagogia e Educação e Luís Guerra, Professor Auxiliar da Universidade de Évora, Departamento de Linguística e Literaturas), um conjunto de respostas de um diretor de escola, Álvaro Almeida dos Santos, diretor da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, Valadares, Vila Nova de Gaia entre 1999 e 2021, três respostas de professoras, Fernanda Batista, Ana Cavalheiro e Soraya Oliveira, docentes no Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto, envolvidas na coordenação e/ou implementação do projeto bilingue no agrupamento e, por fim, uma resposta de uma autarquia, a Câmara Municipal de Ponte de Sor, dada por Susana Esculcas, Chefe de Divisão da Educação, Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Ponte de Sor, como exemplo de uma autarquia também ela envolvida numa estratégia de implantação de ensino bilingue no interior de Portugal. Estas

respostas, sendo expressão das opiniões dos autores, são inspiradoras pelo modo como nos permitem 'ler' tópicos fraturantes e desejos, aspirações e desalento, linhas de orientação e exemplos de práticas que funcionam.

Para as editoras do presente volume há temas emergentes de grande interesse, que poderão ajudar todos e todas a refletir sobre as estratégias futuras para o ensino bilingue. Sem pretender abarcar toda a riqueza das respostas que se podem ler em seguida, aqui ficam alguns:

- Parece existir uma sensação generalizada de que o crescimento do ensino bilingue será uma realidade nos próximos cinco a dez anos, mas não dramático, devido a condicionantes de diversa natureza, a saber, ausência de uma política de ensino bilingue enquadradora, condicionantes de contexto (como foram os da pandemia), recursos docentes limitados para assegurar o ensino bilingue e formação de professores que inclua conteúdos pertinentes para dotar os professores (de língua e de outras áreas disciplinares) com as competências de conhecimento, pedagógicas e atitude de inovação e de mudança. Contudo, também se pressente, nas palavras de um dos inquiridos, que as escolas de iniciativa privada, sobretudo no norte do país, se preparam para abraçar o ensino bilingue do inglês como prática competitiva e de enriquecimento curricular abrangente. Começa a emergir, ainda que incipientemente, decorrente dos esforços da DGE, uma estratégia de consolidação e/ou alargamento do ensino bilingue/CLIL a outras línguas estrangeiras, como o francês e o espanhol, no quadro de uma estratégia plurilingue de desenvolvimento da escola pública portuguesa.
- Levanta-se a questão não apenas da formação inicial e contínua de professores necessária para a sustentabilidade das experiências de ensino bilingue no terreno, mas igualmente a da replicação de formação e certificação da proficiência linguística dos professores, oscilando-se entre a ideia que o professor do 1.º ciclo não precisa de ter uma competência linguística avançada porque trabalha em par pedagógico, e a ideia de que todos os professores devem ter uma competência linguística avançada para além de uma preparação pedagógica específica para o ensino bilingue.

- É quase consensual que a formação de professores do ensino básico deve incluir uma componente de formação em ensino bilingue e em língua estrangeira, como forma de preparação para o futuro das escolas.
- Há instrumentos legais que têm sido usados pelos professores para o desenvolvimento de projetos escola de ensino bilingue: para além dos programas oficiais (EBIF: Projeto Escolas Bilingues e Interculturais de Fronteira, PEBI: Programa Escolas Bilingues em Inglês e SELF: Secções Europeias de Língua Francesa), existem modelos curriculares flexíveis como os Domínios de Autonomia Curricular (DAC). No entanto, na palavra dos professores, estamos ainda longe de ter os apoios, as condições e os recursos necessários.
- Ficam igualmente muitas sugestões valiosas sobre a formação contínua de professores, desde seminários e colóquios, a projetos Erasmus+ de formação, à criação de centros de recursos partilhados. Um aspeto sobressai que é o da necessidade de oferecer cursos, seminários ou estágios de formação contínua por pares, mas também por instituições de ensino superior, abrangendo não apenas os professores de língua estrangeira, mas os professores de todas as áreas disciplinares.

Transcrevem-se agora as respostas obtidas ao inquérito enviado a diferentes participantes e/ou responsáveis diretamente ou indiretamente envolvidos no ensino bilingue/ CLIL em Portugal.

Entrevista 1

Direção-Geral da Educação

1. Em seu entender, qual será o desenvolvimento do ensino bilingue (EB) em Portugal nos próximos 5 a 10 anos?

O Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação, tem vindo a coordenar, a nível de Portugal continental e em colaboração com entidades parceiras, ofertas de educação e ensino bilingue ou CLIL, contemplando a maioria das línguas estrangeiras aprendidas no sistema educativo português, designadamente: O Projeto Escolas Bilingues e Interculturais de Fronteira (EBIF), o Programa Escolas Bilingues em Inglês (PEBI) e as Secções Europeias de Língua Francesa (SELF).

O EBIF é um projeto de cooperação entre Portugal, Espanha e as Comunidades Autónomas, tendo a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) como parceiro estratégico. O Projeto foi iniciado em 2019/2020 e visa promover a cooperação entre Portugal e Espanha no desenvolvimento educativo, social e económico dos territórios de fronteira, proporcionando às crianças e aos jovens que habitam estas regiões uma educação de qualidade, incluindo conhecimentos e competências associados ao bilinguismo e à interculturalidade relevantes para a cidadania, o prosseguimento dos estudos e a empregabilidade em ambos os países. O Projeto incide no desenvolvimento da competência comunicativa e intercultural em português e em espanhol, privilegiando o trabalho interdisciplinar e em rede no 1.º ciclo do ensino básico e abrange alunos e professores de 4 agrupamentos de escolas portuguesas e 6 centros educativos espanhóis localizados nos territórios de fronteira.

O PEBI resulta de um projeto-piloto de sucesso implementado entre 2011 e 2015 num conjunto de escolas públicas do 1.º ciclo do ensino básico e desenvolve-se desde 2016/2017 no quadro de um Protocolo de Cooperação Institucional e Educativa celebrado entre a DGE e o British Council, abrangendo a educação pré-escolar e o ensino básico. O Programa visa sensibilizar as crianças da educação pré-escolar para a aprendizagem do Inglês, numa perspetiva natural e integrada nas rotinas do jardim de infância; desenvolver gradualmente a proficiência comunicativa dos alunos da escolaridade obrigatória em língua inglesa de forma integrada com os conteúdos curriculares; promover uma educação inclusiva e intercultural; desenvolver as capacidades dos alunos para apoiar o desenvolvimento da comunicação em Inglês e o conhecimento dos conteúdos curriculares nessa língua; capacitar os docentes de boas práticas na didática da língua inglesa e em metodologia de ensino bilingue/CLIL a crianças;

apoiar a gestão das escolas na implementação sustentável e com qualidade do Programa; e aumentar, de forma gradual, a rede de escolas bilingues, de modo a abranger 7% das escolas do ensino público a nível nacional até 2025. Em 2020/2021, o PEBI incluiu 28 agrupamentos de escolas, distribuídos pelas 5 regiões, 54 grupos/turmas e um total de 2910 crianças/alunos. A partir de 2021/2022, o Programa passou a abranger não apenas estabelecimentos da rede pública, mas também estabelecimentos da rede privada, os quais ministram exclusivamente o currículo português.

As SELF são um Projeto pioneiro em Portugal no âmbito do ensino bilingue em Francês, implementado desde 2006/2007 ao abrigo do *Protocolo de Cooperação Educativa* luso-francês de 10 de abril 2006, posteriormente substituído pelo *Acordo de Cooperação Educativa e Linguística*, entre a República Portuguesa e a República Francesa, assinado a 28 de março 2017, em Paris. Os seus objetivos principais são: valorizar a aprendizagem da língua francesa no âmbito do ensino bilingue através de um reforço de 45-50 min da carga horária da disciplina de Francês e a aprendizagem de conteúdos de uma ou duas disciplinas não linguísticas (DNL) em língua francesa; desenvolver conteúdos socioculturais, históricos e literários francófonos; desenvolver uma identidade europeia; e preparar os alunos para os desafios de amanhã.

Os destinatários do Projeto SELF são os agrupamentos/escolas com 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário, havendo 24 agrupamentos de escolas, distribuídos pelas cinco regiões, 55 turmas e um total de 1267 alunos no ano letivo 2020/2021. Os serviços e parceiros envolvidos são a Direção-Geral da Educação, que coordena o Projeto a nível central, em parceria com o Institut Français du Portugal, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e a Associação Portuguesa dos Professores de Francês.

Em termos nacionais, pensamos que o desenvolvimento do EB/CLIL em Portugal nos próximos 5 a 10 anos deverá contemplar progressivamente todos os níveis de educação e ensino, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, de modo a acautelar a sequencialidade da aprendizagem desde os 3 anos de idade até aos 18. Por exemplo, no caso do PEBI, está em estudo a possibilidade de estender a oferta ao ensino secundário em duas escolas-piloto a partir de 2022/2023. Pensamos que, desejavelmente, este tipo de oferta deveria também futuramente contemplar as regiões autónomas, as quais já têm, ao longo dos anos e recentemente, manifestado o seu interesse pela mesma.

2. Entende que deveria existir uma política nacional para o EB?

Considera-se que a mesma já existe, enquadrada nos diferentes projetos e programas levados a cabo neste âmbito e nas possibilidades enquadradas pelos normativos em vigor. Os documentos que orientam a política educativa e a ação das escolas, designadamente O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, as Aprendizagens Essenciais e a Autonomia e Flexibilidade Curricular estabelecem a importância das línguas estrangeiras e permitem, no âmbito da autonomia das escolas, a criação de projetos de resposta aos contextos. Importa salientar que, com enquadramento na Autonomia e Flexibilidade Curricular, as escolas podem flexibilizar mais de 25% do tempo da matriz curricular, criando novas disciplinas ou fazendo a junção das já existentes, por exemplo. Esta flexibilidade, articulada com as Aprendizagens Essenciais, a partir da apresentação de um Projeto de Inovação, permite que a escola desenvolva o seu projeto próprio.

3. Em que deveria consistir essa política nacional de EB?

Em Portugal, como referido, existe um conjunto de ofertas, as quais são acompanhadas pelos serviços centrais e regionais e que configuram a existência de uma política nacional. O alargamento faz-se por decisão das escolas no âmbito da sua autonomia. Todas estas ofertas tiveram início como projeto-piloto, prevendo articulação entre os referidos serviços e entidades com responsabilidade nas políticas de língua, coordenação e monitorização, tendo sido realizados estudos de avaliação e impacto.

4. Que recomendações faria a uma instituição que quisesse implementar o EB?

Recomendaríamos o seguinte:

a) a inclusão da educação e do ensino bilingue/CLIL como uma das prioridades do Projeto Educativo das escolas e como alvo de formação estratégica de docentes/não docentes através do Programa Erasmus+.

b) a sustentabilidade deste tipo de oferta com início, em pequena escala e precocemente, de preferência na educação pré-escolar, e o seu alargamento gradual no ensino básico, a partir dos anos iniciais de ciclo, para que a transição entre níveis de educação e ensino fosse sequencial e permitisse a entreeajuda e a colaboração interpares.

c) a otimização, para esta oferta, de recursos humanos do quadro do estabelecimento com perfil adequado, que sejam qualificados na língua estrangeira e em pedagogia e didática de educação e ensino bilingue/CLIL.

d) a constituição de uma equipa pedagógica composta preferencialmente por elementos do quadro do estabelecimento, de modo a assegurar a continuidade da

oferta e do trabalho colaborativo, designadamente: um coordenador, do quadro de estabelecimento, preferencialmente professor de língua estrangeira (LE), com preparação pedagógica e didática de ensino bilingue precoce, e docentes, a selecionar de acordo com o nível/os níveis de educação e ensino em que a oferta tenha incidência, com nível de proficiência específico na língua estrangeira, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (Conselho da Europa, 2001) (pelo menos, B1, na EPE e no 1.º CEB, o qual deverá progredir gradualmente para o nível B2, nos restantes ciclos do ensino básico). No caso dos docentes que não são de LE, estes deveriam ter o seu nível de proficiência na LE certificado por uma entidade certificadora reconhecida internacionalmente.

e) a disponibilidade das equipas pedagógicas do Programa com formação e/ou disponível para assumir o compromisso de participar em formação de formadores em educação e ensino bilingue/CLIL, assumindo caráter preferencial que o estabelecimento educativo se disponibilize para replicar internamente esta formação num centro de formação.

f) a informação, a disseminação e a aceitação da oferta na comunidade educativa.

g) a atribuição de componente não letiva aos docentes da equipa pedagógica, para trabalho colaborativo na planificação, preparação de recursos pedagógicos e didáticos e avaliação; e a alocação de créditos do estabelecimento para assessoria/coadjuvação semanal de professores de língua estrangeira às salas/turmas bilingues.

h) a observação do número de horas semanais do currículo a lecionar na língua estrangeira, devendo as mesmas estar equitativamente distribuídas, de modo a assegurar a exposição diária às línguas-alvo, definindo percentagens de referência que vão aumentando gradualmente, desde a educação pré-escolar (com 20%), passando pelo ensino básico (até 40%) e idealmente chegando a 50%, até ao final da escolaridade obrigatória, no ensino secundário.

i) a seleção dos conteúdos a lecionar em língua estrangeira, tendo por referência as disciplinas de Estudo do Meio, Expressões ou Educação Artística e Educação Física, no 1.º CEB e as componentes do currículo, que delas decorrem, no 2.º e no 3.º CEB. Esta seleção deverá estar assente no princípio da não repetição/tradução de conteúdos nas duas línguas no mesmo ano de escolaridade.

j) a sensibilização à LE na componente curricular da educação pré-escolar, integrada de forma natural nas rotinas do quotidiano do jardim de infância, sendo o educador de infância o interlocutor privilegiado junto das crianças e o docente de inglês o apoio na LE, tendo em conta os fundamentos e princípios educativos, bem como as metodologias expressas nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE); e aprendizagem da LE, de forma articulada com os conteúdos a lecionar nessa língua. Acresce a este ponto a assunção de que os professores

de disciplinas que não são de LE são efetivamente os interlocutores privilegiados no processo de aprendizagem, ensino e avaliação das respetivas disciplinas (por exemplo, o professor do 1.º CEB é o interlocutor privilegiado, sendo o seu apoio pontual o professor da LE e assim sucessivamente).

5. Que medidas de política educativa deveriam ser implementadas para motivar os professores a desenvolver programas de EB? Por exemplo, ao nível de competência linguística dos professores? Metodologias de ensino? Incentivos?

As medidas de política educativa implementadas permitem que as escolas possam integrar os programas/projetos em vigor.

Contudo, as escolas para esta implementação necessitam de garantir o nível de proficiência para os docentes dos vários níveis de educação e ensino ou a oferta de formação complementar especializada na língua-alvo adequada a este tipo de contexto de aprendizagem.

Seria também importante a oferta de módulos de educação e ensino bilingue/CLIL e de aprendizagem das 4 LE do sistema educativo português na formação inicial de professores.

6. O EB deveria ser obrigatório em todos os níveis de ensino? Justifique.

Seria desejável que cada instituição de educação e ensino em Portugal pudesse ter uma oferta de qualidade desta natureza, de forma a possibilitar a opção dos alunos/famílias em relação à sua frequência, no respeito pela autonomia das escolas e pela definição dos respetivos Projetos Educativos, em linha com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

7. A formação de professores para o EB deve ser realizada ao nível da formação inicial, da formação contínua, ou de ambas? Para que níveis de ensino?

Ambas. Para todos os ciclos de ensino, mas com especial enfoque para os docentes da educação pré-escolar e 1.º ciclo.

8. Quais as áreas de formação que deveriam ser incluídas na formação de professores em BE?

Pedagogia e didática, trabalho colaborativo, avaliação para e da aprendizagem, aprofundamento da utilização da língua-alvo e sua adequação às crianças/alunos, ao contexto e às diferentes linguagens académicas.

9. Deve-se tornar o inglês uma área de formação obrigatória da formação de professores para o 1.º ciclo?

Pela importância que o Inglês assume como língua de comunicação global e como Língua Estrangeira (LE) I, em Portugal, poderia ser uma prioridade, embora reconhecendo também a importância das restantes LE II e III. Qualquer uma destas LE seria relevante para a formação inicial de docentes.

10. Em seu entender, como é que os diversos parceiros se posicionam relativamente ao EB? Por exemplo, encarregados de educação, indústria, setor do turismo, etc.

Uma escola que tem esta oferta deverá desenvolvê-la para e em articulação com a comunidade, onde se incluem a família/encarregados de educação, autarquia, instituições de ensino superior, etc. No PEBI, temos o exemplo de uma autarquia que oferece formação adicional em educação e ensino bilingue/CLIL a todos os docentes de um agrupamento de escolas. Na avaliação do projeto-piloto que antecedeu o PEBI foram investigadas, por exemplo, as representações, as atitudes/motivações, os comportamentos das partes envolvidas no mesmo (alunos, pais/encarregados de educação, professores e direção do agrupamento de escolas) face a uma entidade de escola bilingue e a um contexto de aprendizagem bilingue. Neste âmbito, concluiu-se que

(...) alunos, pais/encarregados de educação e professores são unânimes nos benefícios do Projeto EBP [Ensino Bilingue Precoce], destacando o gosto dos alunos em ter aulas em duas línguas: o português e o inglês. Efetivamente, são os próprios alunos que afirmam gostar de aprender e de falar inglês e que esta experiência os motivou para conhecer outras línguas e culturas. Trata-se de uma opinião corroborada pelos pais/EE, os quais consideram, ainda, que o ensino bilingue facilita a aprendizagem da língua inglesa. A motivação para a aprendizagem bilingue é reconhecida por todos como uma mais-valia. Na perspetiva dos professores, há a salientar a perceção de que o EBP incrementa as capacidades cognitivas dos alunos e estimula a sua capacidade/ritmo de trabalho, traduzindo-se em menos indisciplina na sala de aula.

Entrevista 2 Carlos Ceia

Professor Catedrático do Departamento de Línguas,
Culturas e Literaturas Modernas da Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

1. Em seu entender, qual será o desenvolvimento do ensino bilingue (EB) em Portugal nos próximos 5 a 10 anos?

Nós temos uma tradição de sucesso de ensino bilingue sobretudo em escolas privadas, em contextos de extensões portuguesas de escolas internacionais. Essas boas experiências podem ser replicadas para o ensino público, mas sem o carácter de obrigatoriedade, pois não temos uma população que seja, por definição cultural, bilingue, ao contrário de outros países que são desde há muito bilingues e trilingues em todas as suas variações nacionais. Recentemente, tivemos um estudo-piloto promovido pelo British Council em parceria com a Direção-Geral da Educação (DGE): o Bilingual Schools Project (BSP) (Projeto de Ensino Bilingue Precoce). Podemos ir por aqui e estender estas experiências, inclusive com outras línguas, a mais escolas. O quadro de flexibilidade curricular ajusta-se bem a uma oferta deste tipo e é sempre uma aposta ganha por parte das escolas que queiram adotar programas como este. As dezenas de escolas do programa BSP, com alunos maioritariamente portugueses, num contexto de grande utilização da língua inglesa num país em que as atividades do turismo são muito relevantes, pode ser um caminho de desenvolvimento interessante. Em suma, há condições e interesse para lançar nos próximos anos um número muito significativo de projetos de ensino bilingue em comunidades escolares marcadas por uma vivência multilingue e que possam querer apostar numa formação linguística mais diversificada dos seus futuros cidadãos.

2. Entende que deveria existir uma política nacional para o EB?

Temos muitas leis e programas europeus que visam defender a diversidade linguística e cultural. Mais do que apelar a uma política nacional para o EB, já seria uma conquista se conseguíssemos cumprir os acordos e compromissos europeus que apelam a políticas nacionais de promoção do ensino de várias línguas estrangeiras durante a escolaridade obrigatória. No Livro Branco sobre a Educação e a Formação, lançado em 1995, com o título *Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva*, a Comissão Europeia fixou um objetivo que todos os países deviam cumprir: dominar três línguas europeias (a sua própria língua e duas estrangeiras). Tivemos aí uma boa oportunidade política para lançar um

currículo nacional reforçado na sua oferta de línguas estrangeiras. Não foi por aí que caminhámos e ainda hoje o ensino bilingue e/ou o ensino de duas línguas estrangeiras desde o ensino básico mais precoce é impossível de generalizar.

3. Em que deveria consistir essa política nacional de EB?

Urge, de facto, uma revisão do currículo nacional do Ensino Básico e Secundário no sentido de ser possível haver espaço para o ensino de duas línguas estrangeiras o mais cedo possível na escolaridade e abrir também espaço a projetos de ensino bilingue nas escolas que aceitem esse desafio, seja no âmbito da flexibilidade curricular, quer seja num âmbito mais geral e mais ambicioso como o que citei do projeto BSP. Os constrangimentos atuais do currículo nacional para o ensino de línguas estrangeiras não promovem a aquisição de competências em língua estrangeira alinhadas com os países tradicionalmente mais ambiciosos nessa meta, em particular os países da Europa central e do Norte.

4. Que recomendações faria a uma instituição que quisesse implementar o EB?

Como o sucesso de uma tal medida depende muito de correções ao currículo nacional que ainda não foram feitas, criando mais espaço para o ensino de línguas estrangeiras, no sistema atual, há uma solução mais prática e imediata: o currículo flexível. Como existe autonomia curricular para redefinir o currículo até 25% da sua lecionação, criar projetos bilingues dentro desta percentagem flexível será sempre uma boa prática.

Se existir mais coragem – e visão estratégica – e uma determinada comunidade escolar decidir que quer assumir o ensino bilingue o mais cedo possível na escolaridade obrigatória, deve preparar-se estudando os casos em que tal ensino já está implementado, aprender com tudo o que funcionou bem e com o que funcionou menos bem. Será sempre importante informar primeiro a comunidade local (associação de pais, associação de estudantes e conselho geral sobretudo) sobre os benefícios do ensino bilingue, antes de o programa ser implementado. Se todos estiverem comprometidos no processo, se todos aceitarem à partida que daí advirão mais benefícios do que prejuízos, o ensino bilingue não pode falhar.

5. Que medidas de política educativa deveriam ser implementadas para motivar os professores a desenvolver programas de EB? Por exemplo, ao nível de competência linguística dos professores? Metodologias de ensino? Incentivos?

A formação contínua em Portugal está totalmente fragmentada em inúmeras possibilidades, sem controlo de qualidade e com uma oferta muito, muito díspar em termos de reais necessidades de formação. Para ser possível fazer funcionar um programa de EB num número maior de escolas, é preciso apostar em formação especializada que só pode ser obtida, se quisermos privilegiar a qualidade científica

da formação, nas instituições de ensino superior. Assim, se existisse uma estratégia coerente de formação contínua e um modelo de formação devidamente regulado, seria possível criar as oportunidades adequadas à formação em ensino bilingue que pudesse verdadeiramente ajudar mais profissionais do ensino de línguas a apostar no EB. Não existindo tal modelo, resta esperar que as instituições de ensino superior consigam oferecer esses cursos e que os professores dos ensinos básico e secundário os descubram e neles queiram apostar. Tais cursos devem ser desenhados para o aperfeiçoamento das competências linguísticas e para a aquisição de novas competências metodológicas para o ensino bilingue. Também será importante a formação para o desenvolvimento curricular no desenho dos projetos educativos para as comunidades escolares que queiram apostar no EB.

6. O EB deveria ser obrigatório em todos os níveis de ensino? Justifique.

Tal como está o sistema português desenhado, neste momento, é possível oferecer o ensino bilingue desde o 1.º ano de escolaridade, embora seja mais fácil de organizar a partir do momento em que surge a primeira língua estrangeira (Inglês no 3.º ano). Não me parece que o sistema educativo português alguma vez possa acomodar, em toda a sua extensão, o ensino bilingue obrigatório, mas os regimes de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário permitem hoje escolher esse caminho de forma individualizada e não por obrigação geral legislativa.

7. A formação de professores para o EB deve ser realizada ao nível da formação inicial, da formação contínua, ou de ambas? Para que níveis de ensino?

Na formação inicial, na área da formação educacional/didáticas específicas, pode ser incluído um módulo de formação em ensino bilingue. Isso não implica nenhuma alteração estrutural dos atuais mestrados em ensino. Não há espaço curricular para muito mais, tantas são as áreas científicas e temáticas a cobrir num mestrado em ensino.

Se existir um quadro legislativo adequado – não é hoje possível –, seria idealmente possível criar um mestrado em ensino bilingue.

Na formação contínua, já respondi atrás aquilo que deve ser feito, na minha opinião.

8. Quais as áreas de formação que deveriam ser incluídas na formação de professores em BE?

Podemos resumir a estas necessidades essenciais:

- Formação linguística;
- Bilinguismo/biliteracia;

- Comunicação intercultural;
- Tecnologias educativas em plataformas multilingues;
- Multiculturalismo e multilinguismo;
- Metodologias de investigação em ensino bilingue.

9. Deve-se tornar o inglês uma área de formação obrigatória da formação de professores para o 1.º ciclo?

Existindo hoje formação específica para professores de Inglês para o 1.º Ciclo (grupo 120), não concordo que a formação de professores em educação básica tenha o inglês como obrigatório. São funções docentes muito diferentes e não há ganho algum em termos um professor generalista que possa incluir também o inglês.

10. Em seu entender, como é que os diversos parceiros se posicionam relativamente ao EB? Por exemplo, encarregados de educação, indústria, setor do turismo, etc.

Não tenho dados estatísticos que me permitam responder com esta amplitude. De forma intuitiva, é possível dizer que encarregados de educação, indústria, sector do turismo, etc. acolherão, certamente, com otimismo projetos de educação bilingue. Não funcionarão em todos os contextos geográficos, mas podem funcionar bem em contextos onde o contacto com estrangeiros seja mais regular. As zonas mais turísticas podem mais seguramente aderir a tais projetos.

11. Considera ser necessário criar orientações para o EB no ensino superior? Em que consistiriam?

Por si só, o Ensino Superior português tem privilegiado cada vez mais o ensino bilingue, mesmo que de uma forma não institucionalmente assumida. Há universidades que optaram por, estrategicamente, apostarem cada vez mais no ensino em Inglês, combinado ou não com o ensino em Português. Ao nível do ensino de unidades curriculares isoladas, de todos os cursos e de todos os níveis de estudo, pela presença cada vez maior de estudantes estrangeiros que não dominam o português, os docentes optam, pontualmente, por lecionar de forma bilingue. Faço isso muitas vezes nos meus seminários sempre que tenho estudantes nestas condições (e são cada vez mais todos os anos). Há, pois, ensino bilingue *ad hoc*, digamos assim, sempre que as circunstâncias o exigem. A aceitação é natural e todos beneficiam. Assim, para além de estratégias de desenvolvimento institucional que visem claramente o ensino bilingue, o curso natural do ensino tenderá, gradualmente, para uma maior incidência de ensino em Português e Inglês simultaneamente. Não vejo que outras línguas possam interferir neste processo de ensino, pois não têm valor sobretudo económico

capaz de rivalizar com o Inglês. Essa tendência dispensará, naturalmente, a necessidade de orientações específicas para o EB no Ensino Superior. A realidade já nos impôs essa necessidade.

12. Será necessária uma política linguística institucional que inclua o EB?

Essa política existe em praticamente todas as agendas 2030 que orientam hoje a educação para esta década, desde o ensino básico ao ensino universitário. Que os programadores e as instituições de ensino sejam capazes de adoptar essa política é mais difícil de assegurar. Se não quisermos recuar muito, em 2014, o Conselho da Europa publicou as “Conclusions on multilingualism and the development of language competences” – EDUCATION, YOUTH, CULTURE and SPORT Council meeting, Brussels, 20 May 2014. Há aqui apelos suficientes para introduzir inovações curriculares tendo em vista o EB. E o seu European Centre for Modern Languages of the Council of Europe (<https://www.ecml.at/>) também é uma boa fonte de inspiração para redesenhar políticas linguísticas. Não podemos dizer que nada foi feito (o projecto de que falámos para o EB em escolas-piloto em Portugal prova que conseguimos pelo menos experimentar esta via). A Comissão Europeia também chamou a atenção dos seus estados-membros para a necessidade de ajustar a agenda curricular e política ao multilinguismo: “With increasing mobility within Europe and many young people arriving from third countries to study in the EU, it is essential to ensure that multilingualism is central to the European project.” O programa Erasmus+ tem muitas oportunidades de mobilidade que ajudarão sempre a criar situações de ensino BL. Se queremos que a European Education Area seja uma realidade em 2025, temos de fazer mais do que já fizemos e, sobretudo, temos de olhar mais arrojadamente para o nosso ensino e abri-lo ao mundo. Ensinando em várias línguas é um caminho seguro para alcançar esse objetivo.

Entrevista 3 Ângela Balça

*Professora Auxiliar com agregação da Universidade de Évora,
Departamento de Pedagogia e Educação*

1. Em seu entender, qual será o desenvolvimento do ensino bilingue (EB) em Portugal nos próximos 5 a 10 anos?

Acredito que a sociedade se vai aperceber da importância do ensino bilingue, pelo que acredito que será dado aqui um salto qualitativo muito grande.

2. Entende que deveria existir uma política nacional para o EB?

Com certeza, sou completamente a favor dessa política, na sociedade atual.

3. Em que deveria consistir essa política nacional de EB?

Esta política nacional de EB deveria prever que o ensino bilingue deveria acontecer desde a creche. Todos os estudos nos mostram que a aprendizagem de qualquer língua deve ocorrer o mais cedo possível.

4. Que recomendações faria a uma instituição que quisesse implementar o EB?

As recomendações seriam: formação para os docentes e para os funcionários, consciencialização das famílias para a importância do ensino bilingue acontecer o mais precocemente possível e preparação de toda a atividade letiva e não letiva para esta realidade.

5. Que medidas de política educativa deveriam ser implementadas para motivar os professores a desenvolver programas de EB? Por exemplo, ao nível de competência linguística dos professores? Metodologias de ensino? Incentivos?

As medidas passarão pela consciencialização e pela formação dos docentes quer numa língua estrangeira, quer ao nível do seu ensino-aprendizagem, com grande foco na competência comunicativa.

Incentivos como conhecer a realidade das escolas bilingues já existentes em Portugal ou mesmo noutros países poderão decerto ajudar nesta missão.

6. O EB deveria ser obrigatório em todos os níveis de ensino? Justifique.

Sim, uma vez que todos os estudos nos mostram que a aprendizagem de qualquer língua deve ocorrer o mais cedo possível.

7. A formação de professores para o EB deve ser realizada ao nível da formação inicial, da formação contínua, ou de ambas? Para que níveis de ensino?

A formação deverá ser realizada desde a formação inicial e para todos os níveis de ensino. Só desta forma se implementará um EB com menos hipóteses de falhas ao longo da formação das crianças e jovens.

8. Quais as áreas de formação que deveriam ser incluídas na formação de professores em BE?

Para além das que já estão consignadas, uma língua estrangeira, o inglês, com uma forte componente de comunicação oral e escrita. Dada a tradição do nosso país, será vital a insistência na comunicação oral.

9. Deve-se tornar o inglês uma área de formação obrigatória da formação de professores para o 1.º ciclo?

Claramente obrigatória.

10. Em seu entender, como é que os diversos parceiros se posicionam relativamente ao EB? Por exemplo, encarregados de educação, indústria, setor do turismo, etc.

Creio que dependerá das zonas do país, da formação social e cultural dos encarregados de educação, dos setores de atividade económica. Aqui há um trabalho muito grande a fazer na tomada de consciência da importância para o futuro do EB.

1. How do you see bilingual education (BE) developing in Portugal over the next 5-10 years?

Although BE programmes have been implemented in several European countries based on the manifold guidelines and initiatives of the European Commission and the Council of Europe over the last decades, Portugal has not followed this trend. Several issues must be taken into account so as to explain the absence of national policies aiming at the development of BE. To do so, a thorough debate involving all sorts of stakeholders and agents, such as educators and teacher trainers in most subject areas (Social Sciences, Natural Sciences, among others) not just language, is pivotal. Such debate should consider the effectiveness as well as the negative effects which have already been identified in several studies which have aimed at assessing BE programmes throughout Europe. Many reports have claimed that faulty learning of academic content has occurred, as well as lack of relevant improvement in English when compared to the regular monolingual EFL teaching.

As one of the current main European leaders in BE practice and research, Spain has been attempting to overcome a delivery gap between the curriculum of foreign language teaching and the resulting levels of language proficiency and achievement by fostering BE programmes through national and regional language policies. So, BE has been embraced as a viable solution for closing this gap. In other words, the growth of BE in Spain might be due to the inadequate level of foreign language competence among language users. However, if we consider foreign language teaching in Portugal, the commonly held belief that the Portuguese are competent users of foreign languages might have affected the perception that schools should offer bilingual programmes to foster the development of foreign language skills. Teacher training is another main area that should be tackled if effective BE programmes are to be created. Finally, the available resources are another critical issue that emerges in the BE debate.

In short, the future of BE in Portugal depends heavily on the commitment of all stakeholders involved such as the Ministry of Education, local and regional educational administrations, teacher trainers at universities, schools' directive boards, teachers, students and parents.

2. Should there be a national policy for BE?

Certainly. There cannot be an effective national educational strategy for BE without sound and thorough policies both for the content areas as well as language skills development. BE programmes in Portugal will only become a reality through strong national language policies. Considering the example of Spain, BE programmes in this country have been implemented in schools with the support from educational authorities, both at national and regional levels. However, schools should be free to choose to carry out a BE programme, once teachers, students and parents show interest in developing it.

3. What would you like to have as national policy for BE?

Portuguese language policies for the implementation of BE should stem from European guidelines, such as the European Framework for CLIL Teacher Education (2010), developed by David Marsh, Peter Mehisto, Dieter Wolff and María Jesús Frigols Martín, and establish laws to regulate bilingual sections in schools maintained by public funds.

4. What advice would you give to an institution that would like to implement BE?

When schools, teachers, students and parents demonstrate interest in creating BE programmes, it is vital that cooperation among all stakeholders be fostered. Schools must also adopt clear policies in terms of teacher training. In order to establish effective BE programmes, schools should make sure they engage well-defined types of BE teachers. For instance, in primary education, teachers should be English language teachers who can teach content subjects, while in secondary education BE teachers should be subject teachers with an official English certificate allowing them to teach bilingual subjects (e.g., C1 CEFR level). Furthermore, the amount of time allocated to BE should be carefully considered. Schools should also create an assessment system for both students' competence level in the foreign language as well as the overall efficiency of the BE programme.

5. What policy issues should be addressed in order to support teachers to adhere to BE programmes? E.g., teachers' level of English? Teaching methods? Incentives for teachers?

First of all, teachers should be familiar with student-centered CLIL methodologies and types (for instance, tools and applications to create teaching materials, visual materials or podcasts as well as to create presentations; tools or applications to store and share materials and resources). Moreover, teachers should be aware of the latest scientific research related to CLIL. Another important aspect to be considered for a successful implementation of BE programmes is the teachers' linguistic competence. All teachers involved in bilingual teaching, both foreign language teachers and subject teachers, should demonstrate that they are at CEFR C1 level.

6. Should BE be compulsory across educational levels? Why/not?

BE programmes should be offered in primary and secondary education. Foreign language teaching is already offered from Year 1 in some schools so BE programmes should also start in that same year. However, schools should carefully consider the specific educational aims of each level and year so the amount of time spent in BE classes should gradually increase as years advance. As stated above, only schools which demonstrate possessing the ideal conditions to carry out BE programmes should do so.

7. Should teacher education for BE be part of pre-service Master's degrees in teaching or in-service courses or both? For which levels of education?

Teacher education for BE should be part of both pre- and in-service programmes and it should be mandatory for those teachers involved in BE programmes.

8. What should teacher education for BE consist of?

BE teacher education should include the following areas: materials design and adaptation; knowledge of content area; advanced competence in the foreign language; scientific knowledge of the theory and practice of CLIL; assessment and evaluation; the use of ICT; among other areas.

9. Should English be a compulsory subject on bachelor degrees for teaching in primary education?

As stated in no. 4, in primary education, teachers should be English language teachers who can teach content subjects. If that is not possible, primary teacher training courses should develop teachers' advanced foreign language competence if the course is aimed at training teachers for BE programmes.

10. What are stakeholders' views on BE? E.g. parents, industry sector, tourism sector, etc?

There is no thorough debate on BE among stakeholders in Portugal. To all intents and purposes, foreign language skills are highly valued by the Portuguese. There is a general perception that the Portuguese are competent speakers of foreign languages so there has been no major effort from stakeholders outside the educational domain to foster language competence programmes. However, if BE programmes start to be widely offered nationwide, I believe there is going to be an overall positive attitude towards the aims and motivations of such programmes. The success and continuity of BE, though, depends solely on the unequivocal positive results regarding the students' competence in the foreign language as well as in the subject.

Entrevista 5

Álvaro Almeida dos Santos

Diretor da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves,
Valadares, Vila Nova de Gaia, de 1999 a 2021.

1. Em seu entender, qual será o desenvolvimento do ensino bilingue (EB) em Portugal nos próximos 5 a 10 anos?

As escolas portuguesas encontram-se numa fase em que procuram controlar e minimizar danos nas aprendizagens, causados pelas interrupções de trabalho educativo presencial, com períodos relativamente prolongados de confinamento, em resultado da Pandemia da COVID-19. Apesar de todos os esforços realizados e das medidas que foram sendo adotadas, houve alunos mais isolados, com agravamento de desigualdades em função de diferentes capacidades de acompanhamento parental e maior prejuízo no desenvolvimento de competências sociais e emocionais.

Apesar das diferentes medidas propostas pelo desenvolvimento do Plano 21 | 23 Escola+, através da resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho, em que se prevê a possibilidades de os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (Escolas) adotarem um desenvolvimento curricular mais flexível, assente numa maior capacidade de gestão autónoma e contextualizada, o número de escolas que adotaram o regime bilingue (ou CLIL) em 2021/2022 não aumentou.

O Norte tem sido a região mais representada neste modelo (43% das Escolas em Portugal). Entre os anos letivos 2018/2019 (25) e 2020/2021 (28) apenas mais três Escolas se encontravam envolvidas no Programa de Escolas Bilingues/ Bilingual Schools Programme, da Direção Geral de Educação.

O aumento do número de escolas no Norte seria previsivelmente mais elevado. Contudo, a imprevisibilidade social e sanitária crescente, assim como a urgência em mobilizar recursos humanos para a recuperação de aprendizagens poderão estar entre os motivos para este aumento modesto.

Nos próximos 5-10 anos, entendo que o aumento de escolas bilingues tenderá a verificar-se nas escolas de iniciativa privada, não apenas como prática competitiva, mas também como oportunidade de enriquecimento de estabelecimento de bases para um “whole-school approach”, com maior incidência nos anos de ensino básico.

No ensino secundário, as práticas de desenvolvimento de Domínios de Autonomia Curricular (DAC), que constituem uma opção curricular de trabalho interdisciplinar e de articulação curricular, serão mais frequentes com trabalhos desenvolvidos em língua inglesa. Estas poderão constituir opções com maior ou menor sistematicidade e creio que serão as dominantes na aproximação a um modelo bilingue.

2. Entende que deveria existir uma política nacional para o EB?

A existir uma política nacional para o ensino bilingue esta apenas poderia basear-se nos princípios e referenciais para ação. Deveria, porém, ser suficientemente flexível para que as Escolas possam adequar o modelo à sua realidade docente e aos níveis de aplicação do modelo.

3. Em que deveria consistir essa política nacional de EB?

Uma política nacional deveria conter um referencial para os diferentes anos do ensino básico, incluindo sugestões pedagógicas e didáticas para o seu desenvolvimento, considerando as aprendizagens essenciais das disciplinas (DAC), assim como o Referencial para as Línguas Estrangeiras em vigor.

No âmbito da formação inicial de professores pelas instituições de ensino superior, a criação de uma cadeira ou módulo de trabalho para o ensino bilingue, com base na promoção de práticas docentes através de “project based learning” (PBL) e de atividades baseadas em tarefas (Task Based Learning).

Para além disso, será necessária uma política de incentivo à valorização da comunicação e da palavra escrita ou falada para o desenvolvimento de cada indivíduo e da comunidade. O ensino bilingue poderia ser um valioso mecanismo para que as Escolas adotassem uma política que valorizasse a linguagem académica em todas as disciplinas. Para além disso, reforça-se a ideia de formação de professores/incentivos a DAC no âmbito das LE. Neste âmbito, incentivaria ao lançamento e à disseminação de práticas de modelos de discussão de temas em língua inglesa (modelo ONU, por exemplo), que abrangesse áreas de conhecimento das ciências ou outras.

Como base para o desenvolvimento e sustentabilidade do modelo, entendo que deveriam ser estabelecidos (à semelhança de outros projetos/programas a nível nacional e internacional) programas de formação de dinamizadores e de embaixadores de projetos bilingues ao nível regional e nacional.

4. Que recomendações faria a uma instituição que quisesse implementar o EB?

A primeira recomendação seria a de efetuar uma sensibilização interna para garantir que os professores estariam disponíveis para desenvolver o projeto, evidenciando, através da investigação científica disponível, a eficácia das aprendizagens a realizar pelos alunos.

A segunda seria a de demonstrar ao Conselho Pedagógico as vantagens da aprendizagem de conteúdos através de uma língua estrangeira (LE2), incluindo as vantagens de trabalho colaborativo e da qualidade de comunicação que o modelo proporciona.

A terceira consistiria na sensibilização dos pais e encarregados de educação para os benefícios cognitivos resultantes da metodologia, assim como a demonstração de que as práticas de ensino-aprendizagem se situam na zona de desenvolvimento próximo (Zone of Proximal Development).

A quarta seria a de constituir equipas docentes (educativas) para o trabalho com as turmas em que o processo teria lugar, com uma liderança pedagógica eficaz.

Finalmente, seria necessária a formação “ongoing” e o acompanhamento por uma entidade reconhecida para o efeito, sem prejuízo do incentivo que a existência de um(a) embaixador(a) poderia proporcionar.

5. Que orientações curriculares têm sido seguidas na sua instituição para implementar o EB?

A implementação do ensino bilingue na minha escola teve início em 2013/2014, a partir da assinatura de um contrato de autonomia. Teve início com uma turma, para a qual foram mobilizados professores de diferentes disciplinas, com uma coordenadora (professora de Inglês da Escola) e a supervisão da Professora Doutora Maria Ellison (da Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

Desde essa data até à atualidade, o projeto tem vindo a desenvolver-se em turmas ao longo de todo o terceiro ciclo (duas a três em cada ano letivo, mediante os recursos disponíveis) e numa turma do 5.º ao 9.º ano (2015-2016 a 2019-2020).

Na altura da sua conceção, em 2013, havia muito pouca informação disponível sobre projetos CLIL em Portugal e nenhum *modus operandi* que pudesse servir de *benchmark* ou modelo amplo. Um protocolo com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto garantiu a monitorização externa do projeto por um especialista com uma tese de doutoramento nesta área (Professora Doutora Maria Ellison). Os primeiros anos de desenvolvimento revelaram que o projeto constitui um poderoso mecanismo de aprendizagem e de abordagem curricular integrada e flexível.

O desenvolvimento do projeto e o acompanhamento têm consistido nos seguintes aspetos:

- Desenvolver uma compreensão/visão partilhada do CLIL.
- Determinar objetivos e um modelo adequados.
- Assegurar a coordenação dentro da escola e subcoordenação por anos de escolaridade.
- Garantir a colaboração dos professores.
- Monitorizar: observação de lições; gravação vídeo de aulas; incentivo à auto-monitorização através da prática reflexiva e da recolha de dados.
- Incentivar a recolha de dados dos alunos e a recolha de dados dos alunos e dos resultados da aprendizagem.
- Conhecer as perceções dos professores.

- Prestar apoio pedagógico em áreas-chave da metodologia CLIL.
- Planificar aulas de ensino e aprendizagem com base na metodologia CLIL.

Foram desenvolvidos objetivos específicos para o projeto que estavam em consonância com o *ethos* e plano estratégico da escola para criar oportunidades de mobilidade social e académica, bem como o seu sucesso na língua inglesa: em resultado geral e como diferentes avaliações têm demonstrado, é notável a melhoria da proficiência geral dos alunos e a competência linguística cognitiva académica em inglês.

Ao longo dos anos em que o projeto se tem desenvolvido, a prática da formação entre pares, no âmbito do projeto e em regime de voluntariado, tem sido uma das forças impulsionadoras da sustentabilidade do modelo. Para além disso, o planeamento, a monitorização regular e a coordenação ao nível de cada ano de escolaridade têm permitido valioso trabalho colaborativo entre professores e, com alguma frequência, o estabelecimento de regime de co-docência (voluntária) sempre que esta se torne valor acrescentado para a aprendizagem dos alunos neste modelo.

A promoção de uma abordagem integrada e interdisciplinar para a aprendizagem da língua inglesa em oposição à aprendizagem de línguas isoladamente tem vindo a contribuir para a inclusão e o enriquecimento das competências para enfrentar os desafios do século XXI, assim como tem vindo a proporcionar oportunidades para a consciencialização intercultural e a preparar os alunos para a mobilidade social e educativa. Prepara os alunos para irem além dos conteúdos disciplinares, através de interações sociais mais enriquecidas e pela expansão e aprofundamento do pensamento crítico. Os planos de aula têm como base a utilização de um conjunto de pedagogias ativas, mistas e promotoras de colaboração e de comunicação.

6. Que medidas de política educativa deveriam ser implementadas para motivar os professores a desenvolver programas de EB? Por exemplo, ao nível de competência linguística dos professores? Metodologias de ensino? Incentivos?

Os programas de EB constituem já uma possibilidade nas escolas portuguesas. Existem, porém, algumas barreiras (algumas das quais já enunciadas) que podem desencorajar as Escolas a avançar com o modelo.

Para além da inclusão de conceitos e práticas de EB na formação inicial dos professores e da constituição de equipas docentes no interior de cada escola, a formação contínua deveria contemplar o desenvolvimento de competências para o trabalho no modelo EB, com o reconhecimento da sua relevância como formação científica na respetiva área disciplinar e, como consequência, validação para a aquisição do tempo necessário no respetivo escalão para progressão.

No mesmo sentido, retoma-se a ideia da constituição de um grupo de “embaixadores” que teriam como missão encorajar, dinamizar, apoiar e acompanhar o desenvolvimento em escolas da rede pública.

A constituição de uma base de dados com materiais de suporte às aulas no modelo, em diferentes disciplinas e anos de escolaridade, poderia revelar-se um poderoso auxiliar para ultrapassar algumas das barreiras que, eventualmente, pudessem subsistir.

Na organização do tempo de docência dos professores envolvidos, um incentivo possível e necessário seria o da afetação de tempo de preparação e de coordenação nos respetivos horários.

7. O EB deveria ser obrigatório em todos os níveis de ensino? Justifique.

Nas circunstâncias atuais, não creio que o EB deva ser obrigatório em todos os níveis de ensino. Em primeiro lugar, porque não seria possível garantir recursos humanos com a qualidade necessária para o efeito; em segundo lugar, porque esta é uma abordagem que deve emergir da vontade de cada Escola, sem que tal obedeça a um modelo imposto central ou, mesmo, localmente. A cultura dos exames nacionais no ensino secundário constitui também um forte motivo de resistência a que se desenvolva um modelo curricular mais flexível, que dilua as fronteiras entre diferentes disciplinas.

Poderão as Escolas desenvolver atividades incluídas, no ensino secundário, em Domínios de Autonomia Curricular (DAC), envolvendo diferentes disciplinas, entre as quais a língua estrangeira 2, num modelo inspirado em princípios pedagógicos e metodológicos do EB. Esta prática é aplicável, sobretudo, nas Escolas cujos docentes não receiam a inovação e que possuem uma liderança pedagógica que encoraja a comunidade escolar a ultrapassar o conforto das rotinas securizantes.

8. A formação de professores para o EB deve ser realizada ao nível da formação inicial, da formação contínua, ou de ambas? Para que níveis de ensino?

Pelo que foi anteriormente enunciado, a formação de professores para o EB deveria ser realizada em ambos os modelos de formação (inicial e contínua), com particular incidência para os docentes de todos os níveis de ensino, considerando que os docentes do ensino secundário são também professores de terceiro ciclo.

9. Quais as áreas de formação que deveriam ser incluídas na formação de professores em BE?

Na formação de professores em BE, considero que as áreas de formação poderiam ser as seguintes:

- Conceitos e fundamentos para o trabalho docente em EB.
- O modelo EB no âmbito do desenvolvimento de competências dos alunos, considerando Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- EB, interdisciplinaridade e trabalho colaborativo entre docentes.
- Metodologias de ensino em EB.
- Práticas de ensino em EB.
- Avaliação dos alunos em EB.

10. Deve-se tornar o inglês uma área de formação obrigatória da formação de professores para o 1.º ciclo?

O inglês deveria constituir uma área de formação obrigatória de professores não apenas para o 1.º ciclo como poderia constituir uma opção para candidatos a docentes de disciplinas de outros ciclos como preparação e encorajamento à prática EB ao longo da carreira.

No caso do 1.º ciclo, contudo, a existência de um grupo específico de inglês para a docência e a obrigatoriedade do ensino desta língua estrangeira remetem-nos para a desejável colaboração entre o(a) professor(a) titular e o(a) professor(a) de Inglês para que, em conjunto, possam desenvolver a aprendizagem de conteúdos disciplinares feita através do modelo EB.

11. Em seu entender, como é que os diversos parceiros se posicionam relativamente ao EB? Por exemplo, encarregados de educação, indústria, setor do turismo, etc.

Os diferentes “stakeholders” envolvidos na avaliação do projeto têm sido unânimes em estabelecer uma relação muito positiva entre o projeto e a qualidade de aprendizagens dos alunos, bem como a sua desenvoltura em processos de comunicação em diferentes línguas (incluindo, naturalmente, a língua inglesa). Muito embora a perceção geral se baseie apenas no domínio da língua inglesa, espero que a divulgação de estudos sobre os benefícios cognitivos, relacionais e de competências sociais que resultam da implementação do EB, contribua para um ainda maior reconhecimento das vantagens da metodologia.

Entrevista 6 Ana Cavalheiro

*Professora no Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto
envolvida na implementação do projeto bilingue*

1. Em seu entender, qual será o desenvolvimento do ensino bilingue (EB) em Portugal nos próximos 5 a 10 anos?

O Ensino Bilingue está cada vez mais a ganhar terreno nas nossas escolas.

A cada dia, mais docentes estão interessados em implementar o programa, pois sentem que o ensino de uma língua tem de dar uma volta na sua implementação. Existem cada vez mais solicitações para os alunos usarem uma língua estrangeira em todas as suas atividades (vídeo jogos, músicas, comunicação com pessoas de todo o mundo, comunicação social) e por isso, daqui a 10 anos, as escolas em Portugal estarão quase todas, se não todas, a trabalhar em modalidade bilingue. Os professores sentem, na sua prática docente, essa solicitação por parte dos alunos.

2. Entende que deveria existir uma política nacional para o EB?

Sim. No agrupamento de escolas onde leciono o programa bilingue já está a ser implementado há cerca de 12 anos. Ao longo deste tempo, fomos 'projeto', passando por frequentes avaliações tanto do projeto em si como dos professores. Após 4 anos, passamos a programa, pois houve necessidade de implementar o programa ao nível do 5.º ano e não houve diretrizes por parte do ME. Ficamos por nossa conta e, desde então, com o programa bilingue a ser implementado até ao 9.º ano, todo o trabalho tem sido realizado graças à coordenadora que temos e às equipas dos diferentes ciclos, que trabalham sistematicamente em colaboração uns com os outros e fazem os necessários ajustes a tudo o que vamos implementando e vendo onde as arestas têm de ser limadas.

Por outro lado, o fato de não haver uma política nacional para o EB, nas diferentes ações de formação que tenho frequentado pude constatar que as escolas que estão a implementar o programa atuam de forma diversificada, não me parecendo haver uma uniformização.

3. Em que deveria consistir essa política nacional de EB?

A política nacional deveria indicar desde quando deveria ser aplicado o EB, pois alguns agrupamentos iniciam o programa no pré-escolar, outros no 1.º ciclo e outros nos restantes ciclos de ensino. Como, quando, de que forma parece ficar ao critério de quem implementa.

As políticas de EB deveriam definir as horas necessárias para implementar o programa nos diferentes níveis de ensino; quais as disciplinas envolvidas em cada ciclo de ensino; horas de articulação entre os docentes envolvidos.

Deveria promover-se a realização de formação aos professores tanto de conteúdo como de língua no âmbito das diferentes dinâmicas que este programa nos exige. É importante existirem orientações bem definidas sobre o trabalho colaborativo entre o professor de conteúdo e o professor de língua.

O perfil dos professores que deverão integrar este programa deve igualmente ser definido, pois com a experiência que tenho adquirido nesta caminhada, percebi que os professores que estão neste programa têm de ser dinâmicos, ativos, motivadores.

4. Que medidas de política educativa deveriam ser implementadas para motivar os professores a desenvolver programas de EB? Por exemplo, ao nível de competência linguística dos professores? Metodologias de ensino? Incentivos?

Penso que com o que já foi desenvolvido ao nível do EB/CLIL, tanto nos diferentes agrupamentos e no projeto Erasmus+, entre outros, deveriam os esforços ser concentrados em ciclos de conferências e formação de professores para que quem nunca trabalhou dentro desta metodologia a perceba e a possa experienciar experimentando todas as dinâmicas inerentes ao EB: Colóquios; Ciclos de seminários.

A formação contínua deveria abranger tanto professores de conteúdo como os de língua para aprendizagem/reciclagem da língua.

Seria desejável um programa de intercâmbio entre professores já com experiência no EB e professores sem essa experiência para troca de metodologias, incentivos, partilha, pois todos aprendemos uns com os outros e nada é tão positivo como sentir que "estamos todos no mesmo barco".

Penso que os incentivos poderão partir da partilha de experiências entre todos.

5. O EB deveria ser obrigatório em todos os níveis de ensino? Justifique.

Sim. A aprendizagem bilingue não só ajuda os alunos a desenvolverem muito mais o seu sentido crítico, estético e argumentativo, como ao nível intelectual, os alunos são muito mais ativos e dinâmicos. E como diz o povo "De pequenino se torce o pepino". Este tipo de ensino é gradual pelo que há necessidade de "scaffolding" das aprendizagens.

6. Quais as áreas de formação que deveriam ser incluídas na formação de professores em BE?

Língua e conteúdo; língua para os professores de conteúdo, que pode ajudar e incentivar os professores a sentirem-se mais confiantes para implementação de um programa como o é o EB; articulação entre pares; planificação de temáticas (entre pares), etc.

7. Deve-se tornar o inglês uma área de formação obrigatória da formação de professores para o 1.º ciclo?

Sim. Não só pelo inglês, mas por ser a língua que para todas as áreas da nossa vida está cada vez mais presente.

8. Em seu entender, como é que os diversos parceiros se posicionam relativamente ao EB? Por exemplo, encarregados de educação, indústria, setor do turismo, etc.

No meu concelho, Fundão, temos apoio das diferentes entidades e parceiros.

É verdade que, por vezes, alguns pais/encarregados de educação de alunos do EB e até mesmo colegas que não estão envolvidos no EB, nem sempre entendem a dinâmica do EB, apesar de o mesmo ser explicado e apresentado (como funciona no nosso agrupamento, como está estruturado nos diferentes ciclos...) e acabam por tecer comentários que nem sempre são favoráveis.

Apesar de tudo, a entidade municipal, junta de freguesia, outros parceiros (biblioteca municipal, rádio, jornais...) apoiam e defendem o EB, sendo o mesmo por vezes apresentado e divulgado em diversos acontecimentos sociais.

Entrevista 7
Fernanda Batista

*Professora no Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto
envolvida desde o início na coordenação e implementação do projeto bilingue*

1. How do you see bilingual education (BE) developing in Portugal over the next 5-10 years?

Over the next 5-10 years bilingual education will still not have been developed much in state schools in Portugal which is rather worrying and incomprehensible. It still has a long way to go. The Portuguese Educational system is still neither organised nor prepared to have bilingual education. Schools and teachers are still not aware of how to develop it. When some schools and teachers try and do their best to develop it, they simply lack support and understanding from the different departments of education.

2. Should there be a national policy for BE?

It is necessary to have a national policy for BE.

3. What would you like to have as national policy for BE?

I would like much more support from the different departments of education. BE needs to be structured and organised. There should be a specific curriculum for bilingual education to define exactly what we want students to become in the future as multilingual European citizens and what we want a multicultural society to be like. There should be more hours of bilingual teaching. How do you expect a child to learn a foreign language when he/she has just three/four hours a week to learn English and the content? How can bilingual education be successful? Teachers need to be fluent in English to be able to teach the language and the content. They need to be comfortable with the language to be able to teach the content, whether it is science, history or art. They need to be aware of the bilingual/CLIL methodology – know how it is done. Teachers should have a stable job in order to be able to develop the bilingual education programme.

4. What policy issues should be addressed in order to support teachers to adhere to BE programmes? E.g., teachers' level of English? Teaching methods? Incentives for teachers?

Teachers need to feel comfortable and be motivated to be able to develop bilingual education. They need to have a stable job; they need time to prepare and work on their lesson plans, time to work with other teachers, and time to develop materials

and do research. Teachers also need teaching materials for the BE. They just don't have the time to create and build all their teaching materials. This is also time-consuming. They also need their work to be recognised and respected.

Teachers need to have a very high level of English (at least C1) and they need to be fluent. They need to teach not just the content but also the language. They need to feel comfortable with the language, to be open minded and active. They need to be able to work as a team with other content teachers in order to develop project-based learning, which is also part of BE. Teachers also need to know how bilingual education is carried out. They may be fluent in English, but if they do not know how it is done, bilingual education will not be successful. Children will simply hate it and find it very difficult.

5. Should BE be compulsory across educational levels? Why/not?

BE should be compulsory throughout the different levels of education if we want the next generation to be able to speak English or any other language fluently. They should start at a very early stage (Preschool, Primary and Middle school) where they have their first contact with a foreign language, learn the basic vocabulary and language structures through contents, but they need to go on. This is not enough. At a higher level (Secondary school) they will be given the opportunity to improve their language skills by gaining new vocabulary and developing language structures. By the time they get into university, they should be fluent. Some students pick up the language very quickly without difficulties, while others need to learn and practise the language for longer.

6. What should teacher education for BE consist of?

- Developing English language skills to C1/C2 level.
- Bilingual methodology (CLIL).
- Project-based Learning.
- British/American Traditions and Cultures.
- English literature for children for preschool, primary and middle school teachers.
- Erasmus exchange programmes to English speaking countries.

7. Should English be a compulsory subject on bachelor degrees for teaching in primary education?

There are people who are very good at languages and there are others that are terrible, but they can still be great teachers. Therefore, I think that it should be an option. For those who are good at languages, it could be compulsory so that they could develop bilingual education. For those who are not so fond of English, they could develop other skills that are equally important in teaching. In schools, teachers should work as a team and share their skills.

8. What are stakeholders' views on BE? E.g. parents, industry sector, tourism sector, etc.

BE has lots of advantages for stakeholders. They are usually very fond of BE and support it. Perhaps schools could ask for their support more often.

Entrevista 8 Soraya Oliveira

*Professora no Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto
envolvida na implementação do projeto bilingue*

1. Em seu entender, qual será o desenvolvimento do ensino bilingue (EB) em Portugal nos próximos 5 a 10 anos?

Penso que estará alargado a mais Agrupamentos de Escolas em Portugal.

2. Entende que deveria existir uma política nacional para o EB?

Sim.

3. Em que deveria consistir essa política nacional de EB?

Devia ter um regime especial de afetação dos docentes, bem como mais apoios financeiros: formação financiada e recursos materiais.

4. Que medidas de política educativa deveriam ser implementadas para motivar os professores a desenvolver programas de EB? Por exemplo, ao nível de competência linguística dos professores? Metodologias de ensino? Incentivos?

Tal como referi, devia haver mais formação e esta devia ser gratuita e com ajudas de custo.

5. O EB deveria ser obrigatório em todos os níveis de ensino? Justifique.

Não. Acho que os alunos devem poder ser livres para sair do EB, caso queiram. Além disso, o Agrupamento pode não ter recursos humanos e físicos para dar continuidade ao programa e quando os alunos transitam para outro Agrupamento (ensino secundário) isso não é possível de garantir.

6. Quais as áreas de formação que deveriam ser incluídas na formação de professores em BE?

Gamificação, tecnologias no EB, experiências e trabalhos manuais.

7. Deve-se tornar o inglês uma área de formação obrigatória da formação de professores para o 1.º ciclo?

Sim. Não apenas pensando no EB, mas penso que a língua inglesa será imprescindível futuramente.

8. Em seu entender, como é que os diversos parceiros se posicionam relativamente ao EB? Por exemplo, encarregados de educação, indústria, setor do turismo, etc.

Têm uma participação mais ativa do que num ensino 'regular', e envolvem-se normalmente com facilidade.

Entrevista 9
Susana Esculcas
*Chefe de Divisão da Educação, Juventude e Desporto
 da Câmara Municipal de Ponte de Sor.*

1. Em seu entender, qual será o desenvolvimento do ensino bilingue (EB) em Portugal nos próximos 5 a 10 anos?

O Ensino Bilingue em Portugal tem dado passos consistentes para se afirmar como uma estratégia de inovação pedagógica ao serviço da capacitação das novas gerações e da aprendizagem ao longo da vida.

A capacidade de comunicar em diferentes línguas constitui um dos pilares do projeto europeu que preconiza a diversidade linguística como motor para fomentar a coesão social, cultural e económica entre os estados-membros e fortalecer a competitividade e o papel da União Europeia à escala global.

A Comissão Europeia definiu como objetivo que todos os cidadãos europeus aprendam pelo menos duas línguas estrangeiras e comecem a aprender línguas estrangeiras desde tenra idade. Estes desígnios devem merecer o nosso compromisso e empenho coletivos.

Para que este desígnio tenha uma efetiva concretização, será necessário a adoção de medidas mais fortes e atrativas para que as instituições de ensino possam priorizar as competências multilingues a par das competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, definidas na Recomendação do Conselho Europeu.

2. Entende que deveria existir uma política nacional para o EB?

Têm sido delineadas estratégias nacionais com o Ministério da Educação (ME), através da Direção-Geral da Educação (DGE), para implementar projetos e programas de ensino de Línguas Estrangeiras e ensino bilingue e/ou CLIL, entre outras iniciativas, com crescente expressão e importância nos nossos ecossistemas educativos.

É fundamental que possamos reforçar as estratégias enquadradoras destes projetos, ambicionando superar as metas definidas para a expansão do ensino bilingue no nosso sistema educativo. Os agentes educativos têm demonstrado a sua resiliência e capacidade de inovação para abraçar novos paradigmas. Num mundo global, temos de continuar a assumir estas valências como um eixo estratégico e de futuro, generalizando estas respostas.

Neste sentido, acrescentaria apenas que devemos reforçar a política existente, tornando-a mais generalizável e mais flexível, de forma a adequar-se aos diferentes ecossistemas educativos, potenciando recursos existentes e reforçando a falta de recursos que muitas vezes limitam a possibilidade de avançar, daqueles que têm vontade e determinação.

O Município de Ponte de Sor aposta na educação bilingue há mais de 15 anos, desenvolvendo um projeto de iniciação à língua inglesa na educação pré-escolar pública denominado “Kiitos”. Este projeto referenciado pelo Conselho Nacional de Educação no seu relatório sobre “Integração do ensino da língua inglesa no Currículo do 1.º CEB”, foi premiado com o Selo Europeu das Línguas em 2013 e posteriormente deu lugar a um projeto transnacional no âmbito do Programa Erasmus+ KA2 – Cooperação para a Inovação e Partilha de Boas Práticas, denominado “Kiitos@21stCenturyPreschools”, o qual desenvolveu uma abordagem pedagógica integrada para a aprendizagem de uma segunda língua e a promoção das competências para o século XXI na educação pré-escolar.

Neste momento, face à necessidade de expansão do projeto a outras áreas de inovação pedagógica, o projeto passou a “Kiitos4all” e está a ser desenvolvido enquanto Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, sustentado em práticas pedagógicas inovadoras que visam o desenvolvimento socioemocional das crianças, o desenvolvimento de pré-competências para a leitura e escrita, o desenvolvimento psicomotor e a capacidade de expressão numa língua estrangeira. Este projeto abrange todas as crianças da educação pré-escolar pública, com envolvimento mais ativo dos pais e comunidade educativa e está a ser desenvolvido através de um projeto de investigação-ação, com base em evidência científica.

A nossa experiência deve ser um exemplo de como a política nacional deve enquadrar um conjunto de apoios para iniciativas territoriais, que estejam alinhadas com as metas nacionais e europeias ao nível da qualidade dos sistemas de educação e resultados de aprendizagem, salvaguardando que as mesmas apresentem indicadores de eficácia e eficiência e a respetiva demonstração de impacto.

A Política Nacional deve, no nosso entender, enquadrar e potenciar as iniciativas que possam surgir no contexto dos territórios educativos, abraçando a diversidade de recursos e potenciando a sua generalização, no quadro de autonomia e flexibilidade curricular dado aos Agrupamentos de Escolas e escolas não agrupadas e através de pacotes de financiamento que possam garantir a eficiência dessas iniciativas.

3. Em que deveria consistir essa política nacional de EB?

Uma Política Nacional deve estabelecer metas concretas para a expansão do EB, tanto a nível quantitativo (número de alunos, turmas, níveis de ensino a abranger), assim como definir o nível de certificação das competências linguísticas desde a educação pré-escolar até à saída da escolaridade obrigatória.

Deveria ainda definir num horizonte temporal de 5/10 anos um conjunto de medidas que possam de forma progressiva potenciar o EB, até que estejam reunidas as condições estruturais para que o EB se concretize de forma plena e universal na escola pública.

1. Apoiar as iniciativas territoriais de projetos educativos que tenham como objetivo potenciar o EB, possibilitando o acesso a fundos específicos para a concretização das metas nacionais.
2. Flexibilizar alguns pressupostos do PEBI, permitindo que o Ensino do Inglês possa ser ministrado mesmo que os professores generalistas ou de outras disciplinas não tenham as competências linguísticas exigidas no programa; colocando transitoriamente a ênfase no trabalho dos professores de Inglês em par pedagógico e possibilitando que os estabelecimentos de ensino possam alocar outros recursos, próprios ou da comunidade.
3. Integrar na formação inicial de professores a aprendizagem do Inglês como forma de comunicação e de ensino/aprendizagem de outros conteúdos.
4. Estabelecer um modelo de formação contínua de professores que privilegie a aprendizagem de uma segunda língua associada a métodos de inovação pedagógica que tragam benefícios ao nível do desenvolvimento de outras competências transversais.
5. Apostar também na formação linguística do pessoal não docente para potenciar a comunicação bilingue nos espaços de educação não formal e informal.
6. Fomentar a aproximação das Instituições de Ensino Superior aos territórios educativos, nas áreas da formação inicial e contínua dos professores e no apoio aos projetos de investigação/ação, no sentido de garantir uma formação em contexto que permita a inovação pedagógica e a generalização do ensino bilingue.

Considerando que o desenvolvimento e a competitividade de um território assentam na qualificação dos seus recursos, urge tomar medidas que preparem os alunos e alunas para os desafios do mundo global, através de uma generalização mais célere, que garanta a igualdade de acesso a todas as crianças e jovens a uma educação bilingue generalizada e de qualidade em todas as escolas.

4. Que medidas de política educativa deveriam ser implementadas para motivar os professores a desenvolver programas de EB? Por exemplo, ao nível de competência linguística dos professores? Metodologias de ensino? Incentivos?

O envolvimento dos professores e a atitude perante a aprendizagem das línguas constituem fatores que podem potenciar ou inibir a expansão do EB.

O facto de termos um corpo docente bastante avançado em idade e com fracas competências no domínio de uma segunda língua tem inibido a expansão do EB nos níveis de 1.º e 2.º CEB, o que tem atrasado a aquisição de competências linguísticas que seriam expectáveis neste momento.

Para que haja uma mobilização do corpo docente para este novo paradigma será necessário acautelar um conjunto de condições:

1. Valorização do EB no Projeto Educativo dos Agrupamentos de Escolas, com a definição de uma estratégia clara e consequente.
2. Desenvolvimento de um diagnóstico de competências linguísticas dos professores dos quadros de escola no sentido de promover um Plano de Formação para a promoção do EB, de forma progressiva.
3. Possibilitar e potenciar a formação contínua de professores através de formação em contexto que incida nas competências linguísticas e métodos de inovação pedagógica, que tenham aplicabilidade prática nas turmas onde estes professores lecionam.
4. Possibilidade de majoração dos créditos destas formações, para que constituam um aliciente para a progressão na carreira.
5. Possibilidade de atribuição de prémios para professores que integram o Projeto de EB, como forma de discriminação positiva.

A nível nacional existem um conjunto de iniciativas e incentivos como o Selo Europeu das Línguas, Programas de Mobilidade de Pessoal Educativo no âmbito do Erasmus+, entre outros programas, que só terão a sua eficácia se forem enquadrados dentro dos projetos educativos dos agrupamentos ou dos territórios educativos com a respetiva valorização por parte das autoridades nacionais e locais e com consequentes benefícios para os professores envolvidos no âmbito da sua progressão na carreira.

Na nossa experiência, para que o processo de generalização aconteça de forma mais rápida será necessário envolver outros agentes educativos (professores de inglês ou assistentes de ensino de inglês nativos) que possam trabalhar de forma colaborativa com os professores no contexto educativo, proporcionando uma parceria e uma formação em contexto que permita progressivamente a formação destes professores generalistas e a sua autonomização progressiva.

5. O EB deveria ser obrigatório em todos os níveis de ensino? Justifique.

O EB deveria ser generalizado desde a educação pré-escolar e progressivamente ao 1.º CEB, depois 2.º CEB e sucessivamente, de acordo com os projetos educativos de cada território educativo.

A obrigatoriedade encerra em si um conjunto de pressupostos que não nos permite considerar essa hipótese para já. Porém o EB deve ser generalizado, de forma progressiva, mas com maior intencionalidade do que o que tem acontecido até aqui.

O EB tem benefícios inquestionáveis para o desenvolvimento das crianças e jovens, uma vez que é desenvolvido num contexto de inovação pedagógica, que trabalha várias competências transversais em simultâneo. O EB é mais atrativo porque coloca as crianças num contexto lúdico e de imersão, favorecendo o envolvimento da criança com o processo de ensino aprendizagem, constituindo um fator de promoção do sucesso escolar.

Considerando a educação ao longo da vida e o diferencial das competências de comunicação em mais do que uma língua na qualificação dos jovens e na inserção no mercado de trabalho devemos desenvolver esforços para garantir a igualdade de acesso e a equidade face às diferenças entre os diferentes territórios educativos.

Penso que a política de generalização será a mais prudente, mas precisamos ser mais consistentes nesse processo, para não criarmos situações de desigualdade, como as que acontecem neste momento.

A generalização deve procurar ser estabelecida pelas seguintes vias:

1. Continuidade e flexibilização dos programas nacionais existentes;
2. Desenvolvimento de mecanismos que visem potenciar outras iniciativas territoriais de referência, através do financiamento e apoio à monitorização de projetos de EB que tenham demonstrado ou pretendam desmontar a sua eficácia e eficiência;
3. Alavancar o trabalho de colaboração entre as instituições de ensino superior e as escolas na formação inicial e contínua dos professores e no desenvolvimento de projetos de investigação-ação que visem melhorar as práticas pedagógicas de EB.

6. Quais as áreas de formação que deveriam ser incluídas na formação de professores em BE?

O EB é por si uma forma de inovação pedagógica, que traz para o quotidiano da sala de aula uma forma de aprender que coloca a comunicação numa outra língua e a interação entre alunos e professores no centro do processo de ensino/aprendizagem. Neste sentido a formação de professores deve incidir de forma geral sobre as seguintes áreas:

1. Competências linguísticas e de comunicação na língua estrangeira;
2. CLIL e outros métodos inovadores de ensino/aprendizagem das línguas;
3. Competências de comunicação e de relação interpessoal;
4. Linguagem científica e tecnologias de informação e comunicação;
5. Fundamentos de psicologia que sustentem as seguintes áreas: aprender a aprender, estilos de aprendizagem, diferenciação pedagógica, coaching educacional;
6. Cidadania, Inteligência Emocional e Intercultural;
7. Liderança e gestão da sala de aula.

7. Deve-se tornar o inglês uma área de formação obrigatória da formação de professores para o 1.º ciclo?

Tenho a convicção que sim. Será determinante em termos de generalização do EB em Portugal.

Comunicar em Inglês constitui uma ferramenta tão necessária como as competências digitais que constituem a base de comunicação nos nossos dias. Neste sentido, a formação inicial de professores deve preconizar a aprendizagem do Inglês como uma das linguagens de comunicação. O Inglês deve ser aprendido enquanto língua franca e meio de comunicação universal, através do qual se aprende outros conteúdos.

Para além da universalidade da língua, será a única forma de tornar sustentável o processo de ensino-aprendizagem subjacente a um EB de qualidade, que exige uma exposição à língua no mínimo de cerca de 8 a 12 horas semanais.

A formação inicial de professores será a chave para a mudança de paradigma que se pretende na educação inclusiva e multicultural.

8. Em seu entender, como é que os diversos parceiros se posicionam relativamente ao EB? Por exemplo, encarregados de educação, indústria, setor do turismo, etc.

O Ensino Bilingue em Ponte de Sor desenvolve-se na educação pré-escolar pública e tem o reconhecimento dos pais e encarregados de educação, que valorizam e privilegiam a aprendizagem do Inglês como uma competência diferenciadora na educação ao longo da vida e na futura integração no mercado de trabalho.

Numa economia local sustentada pela diversidade de atividades ligadas ao setor do turismo, empresas do ramo da aeronáutica, aeroespacial e tecnológico, a língua inglesa ganha um papel preponderante e faz parte do quotidiano de toda uma comunidade.

O mercado de trabalho é cada vez mais exigente no que respeita ao perfil de competências dos colaboradores e em muitos trabalhos o Inglês é a língua de comunicação oficial, como podemos verificar nas escolas de pilotos e em algumas empresas tecnológicas.

Neste contexto, as exigências dos parceiros económicos apontam para uma necessidade crescente de pessoal qualificado e a certificação do nível

de proficiência numa ou mais línguas estrangeiras, onde o inglês assume um papel preponderante.

Neste sentido, consideramos que o projeto educativo territorial necessita de alinhamento sustentado pelas diferentes forças setoriais para que o Ensino Bilingue ganhe outro significado e obtenha maior acolhimento e desenvolvimento no contexto educativo.